Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

20/07/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 1
   1.2. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 2
   1.3. SINDJUS..... 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. DECISÕES..... 4
   2.2. DESEMBARGADORES..... 5
   2.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 6
3. JORNAL O DEBATE
   3.1. AÇÕES CORREGEDORIA..... 7
   3.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 8
4. JORNAL O PROGRESSO
   4.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO..... 9 - 10
5. JORNAL PEQUENO
   5.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE..... 11

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Projetos sociais de magistrados aproximam a Justiça da sociedade

A atuação do Poder Judiciário do Maranhão, mediante seus magistrados, onde se incluem juízes e desembargadores, tem se destacado pelo empreendedorismo de iniciativas voltadas para a promoção da cidadania. Mesmo apresentando pequeno déficit de juízes, o que deverá ser solucionado com a conclusão do concurso em andamento, os magistrados que hoje compõem o quadro da Justiça estadual têm se destacado pelo compromisso com o interesse público.

Sem prejuízo da função julgadora, magistrados estão dividindo seu tempo com o desenvolvimento de projetos de alcance social em diversos municípios maranhenses, um trabalho que tem promovido a paz e a justiça social, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde atuam.

Para a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a sociedade passou a acreditar mais no Judiciário. "Não há dúvidas que o cidadão tem confiança na Justiça, instância onde busca garantir o seu direito. Somado a essa crença, estamos vivendo um momento em que a sociedade tem recorrido também aos projetos sociais que o Judiciário oferece e isso garante o pleno exercício da cidadania. Todo esse trabalho só é possível graças ao empenho de magistrados comprometidos com a causa pública", afirma.

Em todo o Estado, juízes têm realizado ações sociais que levam informação, qualificação e cidadania a milhares de pessoas. Com a ajuda de parceiros, escolas se transformam em espaços para palestras e ações de capacitação, enquanto praças e logradouros públicos viram espaços para atendimentos de saúde, emissão de documentos, atendimento jurídico, entre outros serviços. Exemplo desse tipo de ação é o projeto Justiça nos Bairros, lançado no mês de abril em Imperatriz, região sul do Estado.

Em Passagem Franca, o juiz Davi Meneses tem colocado as crianças e adolescentes para suarem o kimono. Com base na disciplina que o judô proporciona, resultados positivos já foram alcançados com o projeto esportivo Caminho Suave Para a Cidadania. A iniciativa atende 70 alunos e foi destaque no último regional do campeonato brasileiro, quando três judocas do projeto foram medalhistas.

Outro projeto que tem assegurado direitos da população maranhense é o "Casamentos Comunitários", que desde 2009 já promoveu a união gratuita de mais de 50 mil casais de baixa renda em todo o Maranhão. Em 2014 já foram mais de mil casamentos e outros 990 casais já estão confirmados para dizer o "sim" no dia 09 de agosto, no Campus da UFMA, em São Luís.

Também encontram-se à disposição dos cidadãos, serviços como Unidade Móvel de Trânsito, que presta imediato atendimento nos casos de acidentes sem vítimas fatais. O serviço conta com uma equipe com perito e conciliador e está disponível em dias úteis, das 08h às 18h, pelos telefones 3249-0002 e 8878-3003.

Com recursos próprios, o Judiciário maranhense mantém em funcionamento no Fórum de São Luís um laboratório de DNA, que dá suporte às ações de reconhecimento e indicação de paternidade. Conta, ainda, com uma Casa Abrigo euma Casa da Criança, espaços que oferecem abrigo a mulheres e crianças vítimas de violência e maus tratos. Na casa, as mulheres recebem atendimento e são qualificadas em cursos profissionalizantes.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Semana de conciliação itinerante começa nesta segunda

Moradores da área Itaqui-Bacanga poderão resolver causas simples (processuais ou não), com intermediação do Judiciário, durante a primeira Semana de Conciliação Itinerante do Maranhão, que acontecerá de 21 a 25 de julho, na Casa da Justiça, no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em parceria com a instituição de ensino superior.

Pedidos de pensão, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens, cobranças (parcelamentos e 2ª via de contas), débitos fiscais junto ao município de São Luís, linhas de empréstimo, negociações de débitos junto a pequenos e microempresários, dentre outros, poderão ser solucionados no local e, os cidadãos ainda serão informados sobre seus direitos e programas sociais.

Poderão utilizar os serviços, pessoas que já tenham ações judiciais em abertas no 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UFMA (antigo Juizado Especial do bairro Anjo da Guarda) ou mesmo aqueles que precisam resolver uma questão que ainda não se tornou processo judicial.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA atende reivindicações de servidores do Judiciário

Das reivindicações feitas pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus), em audiências realizadas com a presidente e os diretores do Tribunal de Justiça, algumas já foram atendidas e outras estão em fase de implantação e estudo junto aos órgãos administrativos do Judiciário.

Dentre as reivindicações já deliberadas e atendidas, a mais recente foi a aprovação, pelo Órgão Especial do TJMA, em sessão administrativa do dia 18 de junho, de projeto de lei que dispõe sobre reajuste de 4,3% nos vencimentos dos cargos efetivos, estáveis e comissionados e funções gratificadas do quadro de pessoal, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2014.

O projeto de lei dispondo sobre a revisão anual da remuneração dos servidores, enviado ao Legislativo estadual, foi aprovado em 10 de julho e deve seguir para o Poder Executivo estadual, para ser sancionado.

Em 02 de abril, o Tribunal aprovou requerimento do Sindjus estendendo aos não filiados à entidade o direito ao reajuste - concedido por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - de 21,7% sobre os vencimentos do pessoal de nível fundamental e médio sindicalizado.

O deferimento do pedido estende a incorporação do percentual a todos os servidores da ativa, aposentados, pensionistas e comissionados, com exceção dos analistas judiciários e daqueles que já tiveram o reajuste implantado em seus vencimentos em decorrência de ação judicial.

Nas votações do colegiado, a presidente do TJMA atuou como relatora nos processos e se posicionou favoravelmente à sua aprovação. Ambos os benefícios, no entanto, ficam pendentes de execução, diante da inexistência de previsão orçamentária para dar efetividade ao cumprimento das decisões.

PCCV – Em 4 de abril, a presidente assinou a Portaria (nº 381/14) que designou os integrantes da comissão de elaboração de projeto de lei que institua o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Feiras

O Município de São Luís tem 60 dias para apresentar programa de reforma, acompanhamento e fiscalização das feiras localizadas na Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embratel, São Francisco, Praia Grande, Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tiririca, Ipem São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d'Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, Cohatrac (Primavera) e Mercado Central e 120 dias para executá-lo. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), que determina também que em 72 horas o Município proceda a interdição do prédio onde funciona o Mercado do São Francisco.

Flora Dolores

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vaga

Com um desembargador a menos desde fevereiro, com a aposentadoria de Raimunda Bezerra, o Tribunal de Justiça tenta reverter a situação para completar o quadro de 27 membros da Corte.

A escolha para a vaga se dará pelo critério de merecimento, mas o processo foi suspenso por uma reclamação do desembargador João Santana ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A expectativa é que o CNJ se posicione nos próximos dias, para que o JT resolva suas pendências.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Número de presos no Maranhão é um dos menores de todo o país

Segundo relatório da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal do Poder Judiciário, são 6.531 pessoas no sistema prisional do estado, um dos que apresentam, proporcionalmente, menor população carcerária

O Maranhão possui, proporcionalmente, um dos menores índices carcerários do país, segundo o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal do Poder Judiciário (UMF). Atualmente, são 6.531 presos no sistema maranhense (5.118 estão em prisões e 1.413 em delegacias). Os dados refletem as melhorias que vêm sendo aplicadas pelo Tribunal de Justiça no Maranhão no que diz respeito à aplicação de medidas alternativas à prisão e também ao controle processual e dos julgamentos realizados.

"A taxa de encarceramento tem sido mantida porque estamos com o controle mensal do sistema de julgamento de processos e dos presos provisórios que aguardam julgamento. No último mutirão carcerário, fizemos cerca de 60 solturas. Isso indica que os processos estão tramitando e sendo julgados pelos juízes no tempo certo", informou o desembargador.

Assim como o Maranhão, o Piauí também tem números menores de presos. Dados do Conselho Nacional de Justiça, de junho deste ano, mostram que o estado tinha 3.240 encarcerados para uma população de 3,184 milhões de habitantes. Em contraste, estados do Nordeste, como a Paraíba, possuem perto de 10 mil presos e uma população de 3,914 milhões, quase a metade do Maranhão. No Sudeste, há o Espírito Santo, com 3,839 milhões de habitantes e 15.546 presos. No Norte, o Pará tem 12.172 presos, para 7,970 milhões de habitantes.

Relatório – Os dados sobre a situação carcerária no Maranhão foram apresentados no relatório do primeiro semestre de atividades da UMF à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire e mostram também que, de todos os presos do sistema estadual, 2.990 estão na capital e 2.128 no interior. Dos detentos que ainda estão recolhidos nas delegacias regionais pelo interior, 1.162 são provisórios e 251 já foram condenados e estão esperando vagas no sistema prisional.

O relatório que era entregue anualmente passou, na atual gestão, a ser prestado semestralmente e a partir de agosto será trimestral. Isso, segundo a desembargadora Cleonice Freire, mostra um avanço na efetividade da execução penal no estado. "Houve um grande avanço na efetividade da execução penal no Maranhão, graças ao trabalho dos juízes, julgando os processos e aplicando as penas alternativas, e ao excelente desempenho da equipe do tribunal no acompanhamento e fiscalização carcerária e na execução dos projetos e programas nessa área, capitaneados pelo desembargador Froz Sobrinho", destacou a desembargadora.

Ferramenta – A UMF foi criada em 2012 e apoia as ações da Justiça estadual na área da execução penal. Faz parte do trabalho da unidade a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal e do sistema de execução de medidas socioeducativas voltadas aos adolescentes em conflito com a lei, além do acompanhamento dos mutirões para reavaliar prisões, a implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e o apoio logístico às varas de execução.

A UMF ainda conta com uma ferramenta que permite a pessoas interessadas cadastrarem solicitações ou denunciar casos que envolvam irregularidades no sistema. Quem acessar a ferramenta, seja familiar, advogado, assistente social ou mesmo um juiz, poderá cadastrar solicitações, como pedido para emissão de documentos, inclusão de apenados em curso de qualificação profissional, informações processuais, inspeções, regularização de guia de internação, vagas de trabalho no Programa Começar de Novo, entre outros.

População carcerária no Brasil

Estado	População carcerária	Habitantes
São Paulo	204.816	43.660.000
Minas Gerais	**57.498**	**20.590.000**
Rio de Janeiro	35.611	16.370.000
Paraná	**32.436**	**11.000.000**
Pernambuco	30.149	9.209.000
Rio Grande do Sul	**27.336**	**11.160.000**
Santa Catarina	16.366	6.634.000
Espírito Santo	**15.546**	**3.839.000**
Ceará	15.447	8.779.000
Bahia	**13.013**	**15.130.000**
Mato Grosso do Sul	13.513	2.587.000
Distrito Federal	**13.200**	**2.337.000**
Pará	12.172	7.970.000
Goiás	**12.059**	**6.424.000**
Mato Grosso	10.321	3.182.000
Paraíba	**9.270**	**3.914.000**
Rondônia	7.674	1.725.000
Rio Grande do Norte	**6.842**	**3.374.000**
Amazonas	5.276	3.808.000
Sergipe	**4.666**	**2.225.000**
Acre	4.370	776.463
Piauí	**3.240**	**3.184.000**
Tocantins	2.805	1.478.000
Alagoas	**2.531**	**3.301.000**
Amapá	2.523	751.000
Roraima	**1.676**	**488.072**

Fonte CNJ - Junho de 2014

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MAGISTRADOS EM AÇÃO

Projetos sociais aproximam a Justiça da sociedade

A atuação do Poder Judiciário do Maranhão, mediante seus magistrados, onde se incluem juízes e desembargadores, tem se destacado pelo empreendedorismo de iniciativas voltadas para a promoção da cidadania. Mesmo apresentando pequeno déficit de juízes, o que deverá ser solucionado com a conclusão do concurso em andamento, os magistrados que hoje compõem o quadro da Justiça estadual têm se destacado pelo compromisso com o interesse público.

Sem prejuízo da função julgadora, magistrados estão dividindo seu tempo com o desenvolvimento de projetos de alcance social em diversos municípios maranhenses, um trabalho que tem promovido a paz e a justiça social, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde atuam.

Para a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a sociedade passou a acreditar mais no Judiciário. "Não há dúvidas que o cidadão tem confiança na Justiça, instância onde busca garantir o seu direito. Somado a essa crença, estamos vivendo um momento em que a sociedade tem recorrido também aos projetos sociais que o Judiciário oferece e isso garante o pleno exercício da cidadania. Todo esse trabalho só é possível graças ao empenho de magistrados comprometidos com a causa pública", afirma.

AÇÕES SOCIAIS - Em todo o Estado, juízes têm realizado ações sociais que levam informação, qualificação e cidadania a milhares de pessoas. Com a ajuda de parceiros, escolas se transformam em espaços para palestras e ações de capacitação, enquanto praças e logradouros públicos viram espaços para atendimentos de saúde, emissão de documentos, atendimento jurídico, entre outros serviços.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

BALANÇO

Diminui número de presos no Maranhão

Desembargador entrega relatório à presidente do TJMA, Cleonice Freire

"O Maranhão tem uma das menores taxas de encarceramento do Brasil". A afirmativa foi feita pelo desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal do Poder Judiciário (UMF), ao apresentar o relatório do primeiro semestre de atividades do órgão à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire.

Conforme o documento, o sistema carcerário do Maranhão possui, atualmente, 6.531 presos, sendo que 5.118 estão em prisões e 1.413 em delegacias. Do total de presos, 2.990 se encontram na capital e 2.128 no interior. Dentre os presos recolhidos nas delegacias regionais do Estado: 1.162 são provisórios e 251 já foram condenados.

Segundo o coordenador da UMF, o Maranhão e o Piauí são os dois estados com menor taxa de encarceramento per capita do Brasil. A quantidade de presos tem diminuído nos últimos dez anos, mantendo o nível máximo de 6 mil, devido à aplicação de medidas alternativas à prisão e ao controle processual e dos julgamentos realizados pelos juízes. Em estados nordestinos, como a Paraíba, por exemplo, que tem a metade da população do Maranhão, o quantitativo de encarcerados chega a 10 mil presos.

"A taxa de encarceramento tem sido mantida porque estamos com o controle mensal do sistema de julgamento de processos e dos presos provisórios que aguardam julgamento. No último mutirão carcerário, fizemos cerca de 60 solturas. Isso indica que os processos estão tramitando e sendo julgados pelos juízes no tempo certo", informou o desembargador.

RELATÓRIO - Na atual gestão do TJMA, o levantamento dos dados da UMF, antes anual, passou a ser semestral, e a partir de agosto, será mensal. A presidente do tribunal parabenizou a equipe pelo desempenho satisfatório nas atividades.

"Houve um grande avanço na efetividade da execução penal no Maranhão, graças ao trabalho dos juízes, julgando os processos e aplicando as penas alternativas, e ao excelente desempenho da equipe do Tribunal no acompanhamento e fiscalização carcerária e na execução dos projetos e programas nessa área, capitaneados pelo desembargador Froz Sobrinho", destacou a desembargadora.

A entrega do relatório foi acompanhada pelo juiz Douglas Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Conselho Nacional de Justiça. Para o magistrado, o Judiciário maranhense conta com uma das unidades de monitoramento e fiscalização carcerária mais estruturadas do país.

"Esse modelo implantado no controle da prisão domiciliar, livramento condicional e penas alternativas, e acompanhando de forma concreta o que acontece na abertura de vagas no sistema carcerário é algo que não tem parâmetro no país.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Maranhão tem 6.531 presos

Dados do sistema carcerário são atualizados e mostram uma das menores taxas de encarceramento

"O Maranhão tem uma das menores taxas de encarceramento do Brasil". A afirmativa foi feita pelo desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal do Poder Judiciário (UMF), ao apresentar o relatório do primeiro semestre de atividades do órgão à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire.

Conforme o documento, o sistema carcerário do Maranhão possui, atualmente, 6.531 presos, sendo que 5.118 estão em prisões e 1.413 em delegacias. Do total de presos, 2.990 se encontram na capital e 2.128 no interior. Dentre os presos recolhidos nas delegacias regionais do Estado: 1.162 são provisórios e 251 já foram condenados.

Segundo o coordenador da UMF, o Maranhão e o Piauí são os dois estados com menor taxa de encarceramento per capita do Brasil. A quantidade de presos tem diminuído nos últimos dez anos, mantendo o nível máximo de 6 mil, devido à aplicação de medidas alternativas à prisão e ao controle processual e dos julgamentos realizados pelos juízes. Em estados nordestinos, como a Paraíba, por exemplo, que tem a metade da população do Maranhão, o quantitativo de encarcerados chega a 10 mil presos.

"A taxa de encarceramento tem sido mantida porque estamos com o controle mensal do sistema de julgamento de processos e dos presos provisórios que aguardam julgamento. No último mutirão carcerário, fizemos cerca de 60 solturas. Isso indica que os processos estão tramitando e sendo julgados pelos juízes no tempo certo", informou o desembargador.

Relatório - Na atual gestão do TJ, o levantamento dos dados da UMF, antes anual, passou a ser semestral, e a partir de agosto, será trimestral. A presidente do TJMA parabenizou a equipe pelo desempenho satisfatório nas atividades.

"Houve um grande avanço na efetividade da execução penal no Maranhão, graças ao trabalho dos juízes, julgando os processos e aplicando as penas alternativas, e ao excelente desempenho da equipe do Tribunal no acompanhamento e fiscalização carcerária e na execução dos projetos e programas nessa área, capitaneados pelo desembargador Froz Sobrinho", destacou a desembargadora.

A entrega do relatório foi acompanhada pelo juiz Douglas Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Conselho Nacional de Justiça. Para o magistrado, o Judiciário maranhense conta com uma das unidades de monitoramento e fiscalização carcerária mais estruturadas do país.

"Esse modelo implantado no controle da prisão domiciliar, livramento condicional e penas alternativas, e acompanhando de forma concreta o que acontece na abertura de vagas no sistema carcerário é algo que não tem parâmetro no país. O Tribunal de Justiça do Maranhão está de parabéns pelo trabalho que está realizando", ressaltou o magistrado.

O relatório da UMF apresenta os resultados das atividades relativas ao cumprimento da legislação penal e processual penal, prisão provisória e definitiva, medidas de segurança e de internação de adolescentes, além dos projetos "Começar de Novo", e "Núcleo de Advocacia Voluntária", "Apac", Conselho da Comunidade, dentre outras. (Helena Barbosa - Asscom)

Desembargador Froz Sobrinho entrega à presidente do TJMA, Cleonice Freire, relatório sobre a redução da população carcerária no Estado

Penitenciária de Pedrinhas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

CULTURA DA CONCILIAÇÃO

Todos nós almejamos viver por muito tempo e, se possível, da melhor forma. Todavia, nem todas as pessoas têm esse privilégio. Muitas, todos sabem, têm vida efêmera e, ademais, no pouco tempo de vida, ainda padecem, sem compreender, de sofrimentos que, muitas vezes, abalam até mesmo a sua crença. Essas, inobstante, seja qual for o tempo que permaneçam entre os seus familiares, convivendo com as pessoas que lhes amam, jamais serão esquecidas.

Numa perspectiva de poder, consigno que os que têm passagem efêmera, por óbvias razões, até mesmo por falta de tempo, podem não realizar uma obra de grande envergadura. E, pelo fato de não deixarem nenhum legado, tendem a ser esquecidos. Por outro lado, muitos são os que se eternizam no poder, contudo, ainda assim, não realizam obras que extrapolem os interesses de cunho eminentemente pessoal.

A verdade é que, sejam quais forem as razões dos desígnios do Superior, só uma minoria alcança a magna benevolência da vida duradoura; só uma minoria, ademais, realiza uma obra digna de louvores. Há outros, entretanto, por singular ironia, que sem nenhuma vocação para o bem, vivem e exercem o poder por muito mais tempo, entrementes para fazer o mal, numa visão, digamos, puramente maniqueísta.

Estou entre os que vivem bem, conquanto não possa afirmar que viverei muito. Não posso afirmar, de mais a mais, se, na perspectiva de outras pessoas, tenho usado o poder para fazer apenas o bem, embora eu tenha a convicção de ter tentado, dentre outras razões pela convicção que tenho de que a sociedade crava em cada um o seu passado (Carnelutti).

Mas devo dizer que, por paradoxal e estupefaciente que possa parecer, viver muito, para mim, não é o principal dilema. Meu dilema, minha quase obsessão é, no tempo de vida na terra, poder legar alguma coisa positiva aos meus filhos - na condição de pai, claro - e aos jurisdicionados, na condição de magistrado.

Haverá, sim, o dia em que sentiremos a vida se esvair, sem que a possamos reter. Haverá, sim, o dia em que não veremos a luz a nossa frente, mas apenas as trevas, em que ouviremos, no recôndito da nossa solidão, apenas as batidas do coração (Leon Tolstói). E quando esse dia chegar, quero ter a clareza de ter deixado, pelo menos sob a minha perspectiva, alguma obra de relevo ou, pelo menos, reafirmo, um bom exemplo para os meus filhos.

Essas linhas introdutórias servem, dentre outras coisas, para reafirmar o que todos já sabem: a vida é breve, mesmo para os longevos. Servem, ademais, para reafirmar a convicção que tenho de que, nesse brevíssimo tempo, estando no poder, é preciso realizar alguma coisa relevante que justifique a nossa passagem, a nossa ascensão, sabido que o homem público não deve se ufanar de apenas trafegar pelo poder.

É preciso, pois, ir além do simples retrato na parede, fixado na galeria pensada para perpetuar a imagem. É preciso realizar, deixar o fruto do trabalho consolidado, por mais irrelevante que possa parecer aos olhos das outras pessoas.

Nessa linha de pensar, anoto que o programa de Conciliação que hoje lidero, com o decisivo apoio da presidência do TJ/MA, assessorado, ademais, por extraordinários colegas de toga e por uma não menos extraordinária plêiade de dedicados funcionários, é o que de mais relevante eu poderia realizar, estando no segundo grau, lamentando, nesse passo, que sejam muitos os que ainda não absorveram o projeto na sua real dimensão, o que é compreensível, em face da cultura do litígio que todos nós assimilamos, a partir dos ensinamentos ministrados nas próprias faculdades.

Tenho a mais empedernida convicção de que, passe o tempo que passar, projetos desse alcance jamais perderão a sua relevância e alcance sociais, conquanto não eternizem os que o colocarem em prática. Afinal, todos nós passamos e tendemos a cair no esquecimento. Apesar disso, vejo esse programa como a principal – e quiçá única – obra que realizarei estando no segundo grau, sendo este o meu pequeno, mas importante legado às futuras gerações, sobretudo se conseguirmos introduzir na sociedade a cultura da conciliação, com todos os seus consectários.

Tenho dito a colegas e amigos que, se encerrasse a minha carreira hoje, me regozijaria em face do que temos realizado em benefício da cultura da conciliação, como forma civilizada e célere de resolução dos conflitos, convindo anotar, à guisa de ilustração, que quanto maior a necessidade do uso do direito, maiores são os indícios de que o povo está moralmente em crise (Alexandre de Moraes), lembrando, ademais, que se o homem não vivesse o instinto de dominação, poderíamos beber água do mesmo rio, mesmo um sendo lobo, e o outro, cordeiro (Edilson Mougenot Bonfim).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação